

PARECER JURÍDICO
Processo Administrativo nº 26/2016
COMPRA DIRETA 09/2016

A Comissão de Licitações veio a essa procuradoria solicitar parecer sobre os procedimentos realizados para instaurar o **Processo Administrativo nº 26/2016**, e sua adequação como **COMPRA DIRETA 09/2016**, tendo como objeto a **aquisição de 01 bateria de alarme para a central de alarme da Câmara Municipal de Sarzedo**.

A licitação é regra para a Administração Pública, quando compra ou contrata bens e serviços. No entanto, a lei apresenta exceções a essa regra. São os casos em que a licitação é legalmente dispensada, dispensável ou inexigível, prevista no comando de licitações, Lei nº 8.666, de 1993.

No caso de dispensa, a licitação é possível, por haver possibilidade de competição, mas não é obrigatória, enquanto na inexigibilidade não é possível à concorrência.

Verificando os autos do **Processo Administrativo 26/2016**, constatou-se que o mesmo foi instituído conforme dispensa de licitação, elencada na Lei de Licitações em seu artigo 24, inciso II, conforme abaixo colacionado:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;”

Considerando que o valor global do presente contrato é de **R\$ 120,00 (Cento e Vinte Reais)** para todo o exercício financeiro de 2016 e à vista de todo o exposto, opinamos favoravelmente à referida compra direta, através do **Processo Administrativo 26/2016**.

Sarzedo, 10 de abril de 2016.



Ana Paula Rocha Teixeira - OAB MG 101.874
Setor Jurídico